

Políticas e Manuais Oikos

OIKOS

Política de Voto



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ABRANGÊNCIA.....	3
3. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÕES.....	3
4. PRINCÍPIOS GERAIS.....	3
5. MATÉRIAS FACULTATIVAS.....	4
6. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS.....	4
7. MATÉRIAS NÃO OBRIGATÓRIAS.....	5
8. EXCLUSÕES	5
9. PROCESSO DECISÓRIO.....	5
10. COMUNICAÇÃO AOS COTISTAS.....	5
11. MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS	5

DATA DA ÚLTIMA REVISÃO

20/09/2024

ÁREA RESPONSÁVEL

COMPLIANCE

POLÍTICA DE VOTO

1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias Gerais (“Política de Voto”), em conformidade com o Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros, e a Resolução CVM nº 175 de 23 de dezembro de 2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 181, de 28 de março de 2023, e pela Resolução CVM 184, de 31 de maio de 2023, que disciplinam os princípios gerais, as matérias relevantes obrigatórias, o processo decisório e serve para orientar as decisões da Oikos Gestão de Recursos Ltda., (“Oikos”) nas assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento, sob gestão da Oikos.

2. ABRANGÊNCIA

São abrangidos por esta Política todos os sócios, diretores, funcionários, prestadores de serviços, trainees e estagiários, denominados nesta política como “Colaboradores”, da Oikos.

3. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÕES

As diretrizes contidas nesta Política entram em vigor na data de sua publicação e permanecem vigentes por prazo indeterminado, sendo mantida atualizada. A revisão desta Política ocorrerá sempre que houver alguma alteração nas leis e regulamentos aplicáveis e/ou alteração das práticas da Oikos que justifiquem a atualização desta Política.

4. PRINCÍPIOS GERAIS

A Oikos poderá participar de todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas nesta Política de Voto.

Compete a Oikos exercer o direito de voto decorrente de ativos detidos pela classe, realizando todas as ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto da classe, devendo este diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades da classe de cotas.

Na hipótese do edital ou carta de convocação não apresentar informações suficientes, a Oikos deverá envidar seus melhores esforços para obter os esclarecimentos necessários diretamente com os emissores dos títulos e valores mobiliários ou com os seus agentes.

No exercício do voto, a Oikos deverá atuar em conformidade com a política de investimento dos fundos sob sua gestão, dentro dos limites do seu mandato e, se for o caso, da sua orientação de voto, responsabilizando-se diretamente perante os cotistas na hipótese de extrapolação, abstendo-se de votar no caso de identificada, antes ou por ocasião da assembleia, situação de conflito de interesse, ainda que potencial.

5. MATÉRIAS FACULTATIVAS

A presença da Oikos nas assembleias gerais é facultativa nos seguintes casos:

- Se a ordem do dia não contiver as matérias relevantes obrigatórias;
- Se a assembleia ocorrer em cidade que não seja capital de Estado e não existir possibilidade de voto à distância;
- Se o custo para exercício do voto não for compatível com a participação no ativo financeiro;
- Se a participação total dos fundos sob gestão for inferior a 5% (cinco por cento) do percentual de voto, desde que cada fundo não possua mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio no ativo financeiro;
- Se houver situação de conflito de interesse, ainda que potencial;
- Se as informações e os esclarecimentos não forem suficientes para o exercício do voto.

6. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS

As seguintes matérias requerem voto obrigatório da Oikos em nome dos Fundos (“Matérias Obrigatórias”):

- No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista, alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.
- Em relação a cotas de fundos de investimento:
- alterações na política de investimento que impliquem alteração na classificação do fundo de acordo com as normas da CVM ou da ANBIMA;
- mudança do administrador ou gestor, desde que não integrantes do conglomerado ou grupo financeiro;
- aumento da taxa de administração ou performance, ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- fusão, cisão, incorporação, que propicie alteração das condições previstas nos itens anteriores;
- apresentação do plano de resolução de patrimônio líquido negativo
- liquidação do fundo de investimento; e
- assembleia geral extraordinária de cotistas, motivada por fechamento do fundo por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos em função de pedidos de resgate

incompatíveis com a liquidez dos ativos, nos termos do artigo 44, da Resolução CVM 175/22.

7. MATÉRIAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Sem prejuízo do exercício de direito de voto em relação às Matérias Obrigatórias, a Oikos poderá comparecer às assembleias gerais dos fundos de investimento e das companhias emissoras e exercer o direito de voto em relação a outras matérias que, a seu critério, sejam de interesse dos Fundos e dos cotistas.

8. EXCLUSÕES

Excluem-se desta Política de Voto:

- fundos de investimento exclusivos e restritos, conforme Tipo ANBIMA do fundo, desde que seus respectivos regulamentos contenham previsão expressa nesse sentido;
- ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- certificados de depósito de valores mobiliários – BDR (Brazilian Depositary Receipts).

9. PROCESSO DECISÓRIO

A Oikos é a única responsável pelo controle e pela execução da Política de Voto e exercerá o voto sem necessidade de consulta prévia aos cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso nos regulamentos dos fundos.

A Oikos tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre na defesa dos interesses dos cotistas.

A Oikos deverá realizar o credenciamento do(s) seu(s) representante(s) no local da assembleia, na forma estabelecida pelos emissores dos títulos e valores mobiliários ou por seus agentes.

10. COMUNICAÇÃO AOS COTISTAS

A comunicação resumida aos cotistas será realizada pelo administrador dos fundos, através de nota contida no extrato do mês seguinte ao do recebimento da comunicação pela Oikos, indicando que o inteiro teor dos votos e o resultado das votações estarão disponíveis para consulta no website do administrador dos fundos.

11. MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS

A Oikos manterá armazenado todos os arquivos eletronicamente, pertinentes ao processo de Compliance desta política, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, conforme legislação vigente.